



EDUCAÇÃO ESPECIAL E

INCLUSIVA:

conceitos e práticas

Marcos Pereira dos Santos
(Organizador)

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizador

Prof.º Dr. Marcos Pereira dos Santos

Capa

AYA Editora

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. Carlos López Noriega
Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica -
Poli - USP
Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva
Centro Universitário FACEX
Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chiroli
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis
Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig
Universidade Federal do Paraná
Prof.º Dr. Gilberto Zammar
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade de Santa Cruz do Sul
Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.º Me. Jorge Soistak
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Me. José Henrique de Goes
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino
Superior dos Campos Gerais
Prof.ª Ma. Lucimara Glap
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues
Universidade Norte do Paraná
Prof.º Dr. Marcos Pereira dos Santos
Faculdade Rachel de Queiroz
Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Instituto Federal do Acre
Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail
Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais
Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Universidade Federal do Piauí
Prof.ª Ma. Sílvia Apª Medeiros Rodrigues
Faculdade Sagrada Família
Prof.ª Dr.ª Sílvia Gaia
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues
Instituto Federal de Santa Catarina

© 2021 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas desta obra são integralmente de responsabilidade de seus autores.

E2446 Educação especial e inclusiva: conceitos e práticas. / Marcos Pereira dos Santos (org.). -- Ponta Grossa: Aya, 2021. 81 p. – ISBN: 978-65-88580-38-7

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

DOI 10.47573/aya.88580.2.25

1. Educação especial. 2. Formação e professores. 3. Crianças com deficiência - Educação. I. Santos, Marcos Pereira. II. Título

CDD: 371.9

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de
Periódicos e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação 7

01

Formação continuada de professores do ensino comum para articulação entre o atendimento educacional especializado e o ensino comum: uma análise no eixo da deficiência visual 9

Thays Nayara Frazão Silva

Edilene Nascimento Diniz Costa

Lívia da Conceição Costa Zaqueu

DOI: 10.47573/aya.88580.2.25.1

02

Didática e formação docente para a educação inclusiva 20

Ana Abadia dos Santos Mendonça

DOI: 10.47573/aya.88580.2.25.2

03

A inserção de alunos com deficiência mental na rede regular de ensino 32

Rosimeire de Freitas Silva

Tereza Pereira Roseno

Marlene Velozo dos Santos

Daniele Bianchi de Oliveira

DOI: 10.47573/aya.88580.2.25.3

04

Educação inclusiva: uma reflexão do momento que estamos 42

Cesar Augusto Silva de Sousa

DOI: 10.47573/aya.88580.2.25.4

05

A concepção do brincar na visão das educadoras da educação infantil e educação especial de uma creche em Cuiabá/MT 50

Cristiane Costa de Jesus

Edilaine Nunes da Conceição

Elenice Assis Castelo

Fabiane Costa de Jesus

Fátima Estevão do Nascimento

Gizele Aparecida Silva Martins

Glaucia Fernandes das Neves

Maria Conceição Ferreira Lara

Maria da Silva Costa Rossi

Rosely da Silva

DOI: 10.47573/aya.88580.2.25.5

06

Educação especial (e inclusiva!?) no contexto das leis de diretrizes e bases da educação nacional de 1961, 1971 e 1996: algumas reflexões historiográficas 64

Marcos Pereira dos Santos

DOI: 10.47573/aya.88580.2.25.6

Organizador 76

Índice Remissivo 77

Apresentação

Estimados leitores, estimadas leitoras:

Saudações cordiais, especiais e inclusivas!

Conforme é de praxe, conveniência e bom grado, coube a mim, na condição de Organizador e também de autor solo de um dos seis capítulos textuais elaborados em formato de artigos científicos, redigir – mesmo que brevemente – a apresentação desta primorosa coletânea científica intitulada **EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: CONCEITOS E PRÁTICAS**.

Trata-se, pois, de um privilégio sem igual e uma enorme responsabilidade acadêmica e científica escrever sobre este livro organizado, construído a muitas mãos – de autores(as) e coautores(as)/colaboradores(as) – e ora publicado na versão digital (e-book) a título de domínio público (acesso livre, gratuito e indeterminado). Afinal de contas, são também múltiplos saberes (científicos, docentes e pedagógicos) e diferentes olhares (co)autorais que estão em sinergia qualitativa, quantitativa ou qualiquantitativa.

Sendo assim, é inegável que todos os textos acadêmico-científicos compilados nesta obra literária têm elevada relevância e valoração para a comunidade científica específica e o arcabouço teórico-prático da área de Educação, subárea de Educação Especial e Inclusiva, os quais são oriundos de leituras seletas e dirigidas, desenvolvimento de pesquisas científicas (teóricas e/ou empíricas), inquietações pessoais, inquirições, investigações, debates, análises, interpretações, reflexões críticas, experiências práticas em sala de aula, estudos individuais ou coletivos, atividades profissionais docentes e não docentes, práticas pedagógicas em instituições educacionais de ensino regular, trabalhos realizados por equipes multidisciplinares em centros/unidades de atendimento educacional especializado e/ou salas de recursos multifuncionais, hermenêuticas e exegeses de legislações educacionais, “curiosidades epistemológicas”, entre outros fatores.

Posto isto, a princípio, vale destacar que os seis capítulos textuais científicos que engendram o presente opúsculo literário-acadêmico, de valor cultural incalculável, estão elencados na seguinte ordenação sequencial (não hierárquica):

O Capítulo 01, nominado de “Formação continuada de professores do ensino comum para articulação entre o atendimento educacional especializado e o ensino comum: uma análise no eixo da deficiência visual”, é de autoria das pesquisadoras Thays Nayara Frazão Silva, Edilene Nascimento Diniz Costa e Lívia da Conceição Costa Zaqueu.

O Capítulo 02, redigido por Ana Abadia dos Santos Mendonça, analisa de maneira crítico-reflexiva questões atreladas à “Didática e formação docente para a educação inclusiva”.

Por sua vez, o Capítulo 03 titulado como “A inserção de alunos com deficiência mental na rede regular de ensino” tem por autoras: Rosimeire de Freitas Silva, Tereza Pereira Roseno, Marlene Velozo dos Santos e Daniele Bianchi de Oliveira.

O Capítulo 04, na continuidade, aborda a temática “Educação inclusiva: uma reflexão do momento que estamos”, cuja produção textual autoral está ao encargo do pesquisador Cesar

Augusto Silva de Sousa.

Cristiane Costa de Jesus, Edilaine Nunes da Conceição, Elenice Assis Castelo, Fabiane Costa de Jesus, Fátima Estevão do Nascimento, Gizele Aparecida Silva Martins, Glaucia Fernandes das Neves, Maria Conceição Ferreira Lara, Maria da Silva Costa Rossi e Rosely da Silva abrilhantam ainda mais esta miscelânea, no Capítulo 05, trazendo a lume “A concepção do brincar na visão das educadoras da educação infantil e educação especial de uma creche em Cuiabá/MT”.

Em última instância, porém com igual teor de importância em relação aos textos capitulares anteriores, o pesquisador e professor pós-doutor Marcos Pereira dos Santos, no Capítulo 06, fecha a obra científica com o tema “Educação especial (e inclusiva!?) no contexto das leis de diretrizes e bases da educação nacional de 1961, 1971 e 1996: algumas reflexões historiográficas”.

Neste sentido, torna-se mister, ainda, agradecer muitíssimo aos(às) autores(as) e coautores(as)/colaboradores(as) que participam deste florilégio científico com seus belíssimos textos capitulares, bem como ao editor-chefe da Editora AYA, professor doutor Adriano Mesquita Soares, pela oportunidade de organizar e publicar o presente livro, e também a toda a sua competente equipe editorial pelos excelentes serviços de assessoria prestados em todos os momentos.

A todos(as) e a cada um(a), em particular, meu muito obrigado!

Almejo sinceramente que cada leitor e leitora possa, de forma eficaz e eficiente, usufruir ao máximo dos capítulos autorais contidos nesta obra científica, indicando-a a outros(as) potenciais leitores(as), autores(as) e pesquisadores(as), divulgando-a, referenciando-a e socializando-a democraticamente a quem mais possa interessar a temática Educação Especial e Inclusiva.

Sem mais delongas, por ora é só.

Boas leituras, ótimos estudos e excelentes pesquisas científicas!

Um forte abraço!!!

Prof. PhD. Marcos Pereira dos Santos

(Organizador)

**Educação inclusiva: uma reflexão
do momento que estamos**

**Inclusive education: a reflection
of the moment we are**

Cesar Augusto Silva de Sousa
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

DOI: 10.47573/aya.88580.2.25.4

Resumo

Diante de um contexto histórico de segregação educacional, a nossa Constituição Federal de 1988, trouxe pela primeira vez um conceito de inclusão para fundamentar a promoção do bem a todos. Onde, no artigo 205 garantiu o pleno desenvolvimento pessoal, partindo dos princípios da igualdade de condições, acesso e permanência na escola. Desde então, hoje é possível procurar e discutir as formas e métodos de incluir a totalidade dos alunos na escola e não somente integrá-los. Portanto, pretendemos a partir de revisões literárias de autores e documentos dessa área, entender o momento de transição que estamos, para defender um futuro que abrange o respeito aos discentes e suas necessidades, com a intensão de evitar retrocessos que tentam ressurgir por políticas públicas e educacionais equivocadas.

Palavras-chave: educação, filosofia, inclusão.

INTRODUÇÃO

Constata-se na história da educação que já existiu pelo menos três momentos: o antigo modelo, no qual, havia a separação entre instituições especializada e regulares, o atual é qualificado como uma transição, e por fim o da inclusão, que infelizmente ainda não alcançamos. Dessa maneira, ela tem usufruído de uma série de avanços nas últimas décadas, mas, também enfrentou vários desafios e retrocessos, desse modo é fundamental enfrentar essas barreiras e promover a reflexão, parte-se então de um estudo dessa temática desde 1970 até os dias atuais.

É completamente defensável o direito de qualquer pessoa de ser ensinada sem exclusão, evitando a fantasia de que existe uma homogeneização ao tratar-se da prática pedagógica, sendo assim, deve-se respeitar a diversidade de todos os estudantes, sempre pensando em alternativas para que as escolas se adéquem as suas necessidades. Por outro lado, não se deve continuar na perspectiva da década de setenta, que tinha um modelo integracionista nas escolas brasileiras, onde, havia condutas pedagógicas voltadas aos indivíduos com deficiência ou superdotação, no entanto, com um aspecto substitutivo ao ensino comum, isolando esses alunos em locais diferentes.

Apenas com o processo de democratização, isto é, a Constituição Federal (C.F.) de 1988, observa-se que esse sistema distancia os grupos considerados fora dos padrões, mostrando o preconceito e a falta de preparo que os colégios regulares e a urgência de sua mudança em consequência do surgimento do princípio de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 2019, I.33-38). No artigo 205 da C.F. foi colocado com o destino de reforçar a educação como um direito de todos os seres humanos, sem qualquer tipo de distinção, garantindo o pleno desenvolvimento desse ser e não só a sua inserção na rede educacional, sendo assim, os colégios devem garantir a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 2019, I. 2955).

Um dos desafios que a Educação Inclusiva enfrenta são alguns grupos de professores e gestores que não se sentem preparados para essa mudança, e os pais de crianças e adolescente sem deficiência que se inclinam a pensar que o ensino perderá eficiência, caso adote esse novo paradigma inclusivo. Há de se concordar que a falta de preparo não é infundada, pois, a maioria dos colégios, principalmente aos públicos, não estão preparados para receber os discentes com deficiências ou com Necessidades Educacionais especiais (NEE), seja por problemas de infraestrutura ou por falta de esclarecimento dos profissionais.

Todavia, quando a rede educacional falha em ensinar os seus alunos, ela não pode em seguida, culpar e retirar aqueles que não foram capazes de se desenvolver dentro desse sistema falho, ou seja, “a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor, nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos” (MANTOAN, 2015, I. 210). A Convenção da Guatemala de 1999, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, foi de grande importância, por começar a exigir uma reinterpretação da Educação Especial com a finalidade de promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização. (BRASIL, 2001, n.p).

Reafirmando que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano. (BRASIL, 2001, n.p).

Dessa maneira, o surgimento de decretos e leis, no qual, declaram o que já deveria ser óbvio para todos, isto é, indivíduos devem ser tratados igualmente de forma a respeitar as suas diferenças, começaram a ser levadas mais a sério. Logo, na perspectiva da Ed. Inclusiva, a mudança deve ocorrer, voltando-se a atenção à diversidade e compreendendo que os docentes devem estar munidos de conhecimentos prévios sobre como lidar com as especificidades que os discentes podem apresentar.

METODOLOGIA

O método a ser utilizado nessa pesquisa tem como objetivo de forma geral ser teórico e qualitativo, portanto, parte de uma análise bibliografia à respeito das informações já disponíveis sobre o tema, a fim de ter a busca e o desenvolvimento do trabalho. Sendo assim, a forma específica do trabalho parte de reflexões que buscam descrever o determinado problema e possíveis respostas a ele, desenvolvendo uma defesa para uma educação mais abrangente, que esteja respaldado em argumentos sólidos de especialistas e leis.

O QUE É A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PORQUÊ DELA NÃO SER SUFICIENTE

A modalidade de ensino que se preocupa em ampliar as potencialidades de pessoas com NEE chama-se Educação Especial, que de fato foi de imensa importância no nosso meio social com o destino a integração desses alunos na sociedade, no entanto, trata-se de uma concepção voltada apenas elas, de forma isolada, com o olhar de que eles devem ser “reabilitadas”, dado como um exemplo desses colégios: a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), fundada em 1954 (FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES, 2020, n.p.).

Nessas classes, existe a tentativa de proporcionar meios facilitadores na iminência a aprendizagem dos educandos, derivados de políticas e métodos especializados para eles, sendo assim, disponibilizam de tudo o que for necessário a fim de estabelecer o desenvolvimento cognitivo, por isso há de reconhecer a competência e relevância dessas instituições para com os alunos, em que graças a essa conquista conseguiram um crescimento e desempenho exemplar. No entanto, é notório a substituição da Ed. Especial em Ed. Inclusiva, juntamente com um forte investimento nessa transformação, pois, só assim ocorrerá de fato a maior eliminação da exclusão dessas crianças e jovens, com o intuito de “não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar” (MANTOAN, 2015, l.286).

Esse ponto de vista cria uma separação entre os alunos sem deficiência dos que não têm, incentivando o preconceito de uma hierarquia, no qual, os não “normais” serem incapazes ou que, em alguns casos, deveriam ser reabilitados em benefício de um dia serem colocados em colégios regulares. Portanto, existem dois mundos completamente diferentes e sem interação, que provoca o desconhecimento um do outro, perpetuando assim um mundo de preconceitos e desconhecimentos da realidade.

Sendo assim, precisamos refletir e incluir essas pessoas em uma única estrutura capaz de adequar-se a esse ambiente, pois, esse antigo modelo nunca se preocupou em melhorar a sua qualidade em proveito de que esses discentes possam desfrutar de uma convivência boa e

significativa, isso não se refere apenas às escolas, mas também do próprio corpo social na sua totalidade. Então, incluí-los em nossos colégios é o primeiro passo a uma comunidade melhor que valoriza a diversidade.

A diversidade deveria ser respeitada enquanto um valor comunitário. A oportunidade de lazer, de trabalho e de educação deveria estar ao alcance de todos, como resultado de uma sociedade que aprendeu a socializar seus bens culturais e seus mecanismos de desenvolvimento humano. [...] O que precisamos é de uma sociedade mais acolhedora e despida de preconceitos. (CORRER, 2003, p. 18-19)

Vale destacar, que não estamos declarando aqui uma defesa à integração, isto é, no processo em que o aluno colabora com as atividades escolares de forma parcial, onde há uma falsa inserção, já que existe uma segregação, oferecendo serviços diferenciados em lugares específicos. O defendido é uma instituição que possa lidar com as diferenças deles, de maneira a incluí-los, afinal, sabe-se que cada ser humano possui especificidade e habilidade naturais, sendo o dever dos professores, conviver, ensinar, reconhecer e valorizar essas diversidades.

A questão das individualidades é uma tarefa complexa, nesse sentido, a Ed. Inclusiva, volta-se para atender a totalidade, dito isso, os estudantes vão aprender juntos de forma unificada e colaborativa. Além disso, há uma interdependência dos alunos e professores a fim de estabelecer a qualidade desse movimento de se tornar uma escola verdadeiramente ativa, que os contemple sem distinção de qualquer tipo, e é um desafio inevitável para os docentes, pois, eles em muitos casos, ainda desconhecem a relevância da inclusão, não estando preparados para a passagem entre os paradigmas, seja por aspectos internos das instituições em que trabalham, quanto no preparo profissional.

O MOMENTO DA TRANSIÇÃO

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, desenvolve o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade em todos os estados e Distrito Federal, envolvendo 106 municípios-polo que atuam como multiplicadores para municípios da sua área de abrangência, compreendendo atualmente 1.869 municípios. O objetivo é a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, n.p).

A partir desse momento, podemos observar o começo de uma troca, entre a Ed. Especial para os modelos mais inclusivos, no intuito de se evitar somente a integração, isto é, de criar locais específicos dentro da escola regular com o objetivo de isolar esses estudantes com deficiências. Por certo, almeja-se primeiramente uma elevação da formação dos gestores e educadores, com a finalidade que esses possam garantir o direito à escolarização de excelência, sem que haja somente um sistema parcial de inserção ou serviços educacionais desiguais com alguns. Conforme essa ideia, os discentes não necessitem mais se adaptar às exigências de uma metodologia que prima pela homogeneização e nivelamento da aprendizagem.

A integração escolar pode ser entendida como a justaposição do ensino especial ao regular, ocasionando um inchaço, desta modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas regulares. (MANTOAN, 2015, l. 281).

Considerando esta situação, chegar a uma definitiva inclusão, deve-se avaliar as estruturas escolares e remodelar o sistema vigente que está enraizado em ideias inflexíveis e rigida-

mente registradas numa cultura preconceituosa, além disso, registre fortemente a se atualizar. O momento atual é de transição, no qual, costuma ser sempre longo, tem o objetivo de tornar nossas instituições em um lugar não limitado, a apenas adicionar o aluno na escola regular, sem antes ter mudado e abolido os serviços segregadores.

Nesse sentido, é indispensável a construção de um projeto, que valorize a cultura e experiências desses jovens e crianças, dando-lhes a autonomia para aprender do seu modo, de acordo com as suas aptidões e limitações. Diante disso, é preciso criar as estruturas que um dia poderá chegar ao seu ideal, onde, todas as turmas se constituirão em espaços da diversidade e de trocas culturais, com respeito à capacidade de cada um, compreendendo que ele irá aprender dentro do seu tempo. No entanto, ainda estamos em um meio educativo com obstáculos reais a serem transpostos, pois, o novo sempre provoca insegurança, insatisfação, medo e aversão.

Sem dúvidas, que se adaptar a ideia de que os alunos em sua totalidade, devem ter as mesmas oportunidades de acesso aos saberes e às atividades realizadas pelo colégio é algo indispensável nos dias de hoje. Assim como, reconhecer que as individualidades existem e que os professores têm a obrigação de favorecer a riqueza da pluralidade cultural e dos princípios éticos do enaltecimento humano, por mais que abordar a questão das diferenças individuais seja uma tarefa complexa. A escola é uma das principais formadoras, que tem como objetivo constituir o homem em um cidadão, não podendo, assim, destruir as diversidades no seu meio, e sim acolher todas essas variedades de pensamentos e vivências pessoais.

Falta um longo caminho para incorporar essa estrutura organizacional e os requisitos mencionados, todavia, já temos vários avanços no aprofundamento de valores e atitudes compatíveis com os ideais de igualdade e respeito à diversidade. Nossa própria sociedade está mudando de forma acelerada, tornando o diferente, cada vez mais comum, no entanto, é fundamental frisar que “afirmar que pessoas com deficiência têm direito a uma vida de qualidade não significa, no entanto, que programas de serviço devam oferecer a elas, de forma paternalista e discriminatória, todos os elementos necessários para que viva bem” (CORRER, 2003, p. 32).

O AMBIENTE ESCOLAR QUE PROMOVE-SE

O ambiente que estar sendo construindo é um espaço de todos, que respeita as diferenças de cada ser como único, constituindo-se em um lugar sem barreiras atitudinais e arquitetônicas, almejando ser a melhor possível para o aprendizado dos discentes. Entretanto, as barreiras físicas como: adaptações estruturais, são as mais simples de resolver, caso comparada aos preconceitos, pois, esses necessitam de recursos internos de contínua reflexão.

Conforme isso, é fundamental ser contra os retrocessos de possíveis ideias governamentais, tais quais as que foram anunciadas no final de 2019, isto é, a promessa de mudanças nas políticas de Ed. Especial, cujo a finalidade pretendia segregar os estudantes, incentivando indiretamente a separação desses em instituições diferentes.

Nídia classificou a política como sendo “a da flexibilidade para os sistemas educacionais”. “Ou seja, não entendemos que a educação para pessoas com deficiência ou TEA deva passar única e exclusivamente pelas escolas inclusivas comuns. Essa política oferece a flexibilidade no sentido de os sistemas se organizarem para poderem oferecer também, como alternativas, escolas especiais, classes especiais, escolas bilíngues [com aulas em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais (Libras)], classes bilíngues”, afirmou

(BOND, 2019, n.p).

Possibilitar que o aluno com NEE possa fazer parte do todo, sem receber rótulos, é de extrema necessidade, e para isso, precisa-se entender que ele é muito mais do que as suas limitações. Sendo assim, cada professor deve conhecer as estratégias de ensino adequadas para os conteúdos que leciona, lembrando que numa sala de aula inclusiva teremos a premissa que não é o discente que tem a obrigação de se moldar, mas, sim o docente de oportunizar o acesso deles com os conteúdos e discussões.

A favor disso, “precisamos ressignificar o papel da escola com professores, pais e comunidades interessadas e instalar, no seu cotidiano, formas mais solidárias e plurais de convivência” (MANTOAN, 2015, l. 147). Existe uma necessidade de um espaço de aprendizagem livre do preconceito de que alguns são incapazes, dessa maneira, há uma colaboração ao melhor desempenho. O espaço futuro de ensino deve ser composto por uma equipe de professores, especialistas, gestores, supervisores e orientadores, onde essa equipe de profissionais proporcionam uma aprendizagem mais eficiente.

Sociedade e educação estão intimamente ligadas, clama-se então por disponibilização de recursos e tecnologias, com o intuito de assegurar o atendimento profissional especializado nas escolas. Sendo indispensável a esses educadores trabalharem em parceria com os outros profissionais pedagógicos, da saúde e com a própria comunidade. O fruto dessa pedagogia cooperativa é reconhecer o valor da nossa natureza múltipla, e por fim, redefinimos nosso foco para o preparo à cidadania, isto é, a formação de cidadãos livres que valorizam a sua identidade.

Um exemplo claro que causa a inspiração para com a continuidade nesse caminho inovado de princípios inclusivos no Brasil, é a escola amazonense (Manaus) Waldir Garcia que favorece todo um aparato de metodologias com o propósito de agregá-los a uma educação de qualidade e o bem social de seus estudantes, com a promoção de diálogos tanto internos, quanto com a comunidade e por estes fatores, em 2017, foi indicada pelo Coletivo Escola Família do Amazonas como a escola transformadora, passando por todas as etapas do processo e sendo certificada. (ESCOLAS TRANSFORMADORAS, 201-?, n.p.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociedade de todos está em um momento de construção, e hoje vive-se um momento de passagem entre paradigmas, por isso, ainda estamos convivendo com classes especiais, mas, brevemente será superada, pelos novos conceitos e ideias da prática inclusiva que vieram para ficar. Esse momento é inevitável, e ainda sim, perigoso, pois, temos que estar atento as tentativas de retrocessos por parte daqueles que se recusam a abrir a mente a novas opções, sendo por temor ou inseguranças de adotar um novo modelo.

Até 1970 nosso Brasil seguia a integração, tinha-se a ideia de quem não estivesse pronto para ingressar na escola, precisava ser “preparado”, por uma classe especial até ser considerado aceitável e somente a partir da década de oitenta esse padrão começou a ser questionado e nos anos noventa estava consolidado um novo conceito: o da inclusão, onde, a deficiência não é um problema do indivíduo, mas, o resultado da incapacidade da comunidade em atender às necessidades, incentivando o preconceito, portanto, somos nós, quem precisa se tornar capaz de acolhê-los.

Há grandes avanços nessas três décadas, mudança de concepções, que desde o início já deveria estar sendo aplicado, e apesar do tempo que passamos ignorando essas pessoas, hoje se tem a concepção de tentar incluí-las em nossa sociedade, e está sendo feito aos poucos, e mesmo com os encontros com ideias retrógradas, nós desafiamos a superar, não temos mais como desvalidar a diferença, ela está e sempre esteve presente.

REFERÊNCIAS

BOND, L. Governo deve publicar nova Política de Educação Especial. 2019. Site. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/governodeve-publicar-nova-politica-de-educacao-especial>. Acesso em: 29/07/2020.

BRASIL. Convenção da Organização dos Estados Americanos. Presidente da república, Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.fcee.sc.gov.br/informacoes/legislacao/documentos-internacionais>. Acesso em: 22/06/2020.

BRASIL. Constituição Federal da República do Brasil: Atualização automática das emendas constitucionais. Brasília: Senado Federal, 2019. 217 p.

CORRER, R. Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade. Baruru, SP: EDUSC, 2003. 124 p. ISBN 8574601861.

ESCOLAS TRANSFORMADORAS. Escola Municipal Professor Waldir Garcia (AM). 201–? Site. Disponível em: <https://escolastransformadoras.com.br/escola/escolamunicipal-professor-waldir-garcia>. Acesso em: 04/07/2020.

FEDERACÃO NACIONAL DAS APAES. Conheça a APAE. 2020. Site. Disponível em: <https://apae.com.br/>. Acesso em: 23/06/2020.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar [recurso eletrônico]: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Sannuns Editorial, 2015. 82 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação inclusiva - direito à diversidade: documento orientador. BRASÍLIA - DF: Secretaria de educação especial, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>. Acesso em: 24/06/2020.

Organizador

Marcos Pereira dos Santos

Pós-doutor (PhD) em Ensino Religioso. Doutor em Teologia - Ênfase em Educação Religiosa. Mestre em Educação. Especialista em várias áreas da Educação. Bacharel em Teologia. Licenciado em: Pedagogia, Matemática, Letras - Habilitação Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas, Filosofia e Ciências Biológicas. Possui formação técnico-profissionalizante de Ensino Médio em Curso de Magistério (Formação de Docentes) - Habilitação Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Pesquisador em Ciências da Educação, tendo como principais subáreas de interesse: Formação Inicial e Continuada de Docentes, Gestão Escolar, Tecnologias Educacionais, Educação Matemática, Estatística Educacional, Educação a Distância e Educação Literária. Literato fundador, efetivo, titular e correspondente imortal de várias Academias de Ciências, Letras e Artes em nível (inter)nacional. Membro do Conselho Editorial e do Conselho Consultivo de várias Editoras no Brasil. Parecerista/Avaliador "ad hoc" de livros, capítulos de livros e artigos científicos na área educacional de Editoras e Revistas Científicas brasileiras. Participante de Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação. Literato profissional (escritor, poeta, cronista, contista, trovador, aldravianista, indrisonista, haicaísta, antologista, ensaísta e articulista). Na área literária é (re)conhecido nacional e internacionalmente pelo pseudônimo artístico-literário (ou nome-fantasia) de "Quinho Cal(e) idoscópio". Tem vários livros, coletâneas, antologias, capítulos de livros, ensaios e artigos acadêmico-científicos publicados em autoria/organização solo e em coautoria, nas versões impressa e digital. Possui ampla experiência profissional docente na Educação Infantil, Ensino Fundamental (I e II), Ensino Médio e Educação Superior (assessoria pedagógica institucional e docência na graduação e pós-graduação lato sensu). Leciona várias disciplinas curriculares pertencentes à área educacional. Atualmente é professor universitário junto a cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnologia) e de pós-graduação lato sensu na área educacional.

Contato: mestrepedagogo@yahoo.com.br.

Índice Remissivo

A

acessibilidade 22
adulto 52, 53, 59
ambiente 14, 16, 21, 24, 26, 27, 34, 35, 36, 37, 38, 45, 47, 53
aprendizagem 3, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 22, 23, 25, 27, 28, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 45, 46, 48
assistivas 14, 74
atendimento 9, 10, 11, 13, 14, 18, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 48, 57, 61, 63
atitudes 11, 13, 17, 23, 25, 38, 47
auditiva 23
aula 12, 13, 14, 21, 23, 27, 30, 40, 48, 59

B

barreiras 12, 14, 26, 27, 44, 47
brincar 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62

C

cidadão 24, 47, 62
colaborativo 10, 14, 16, 17, 18, 30
comum 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 40, 44, 47, 58, 59
construção 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 23, 27, 47, 48, 51, 57, 62
criança 23, 34, 37, 38, 39, 40, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63
crianças 21, 23, 24, 25, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61
cultura 11, 13, 14, 15, 16, 17, 23, 25, 34, 47, 53, 62

D

deficiência 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 58, 61
desenvolvimento 12, 15, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 63
didática 21
dificuldade 16, 37
direito 21, 22, 23, 24, 26, 28, 29, 40, 44, 46, 47, 49, 59, 62
direitos 24, 44, 57, 59, 60
direitos humanos 24, 44
docente 10, 13, 14, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 48, 76

E

educação 10, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48,

49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63
educação inclusiva 10, 11, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 30
educacional 3, 9, 10, 11, 13, 14, 17, 18, 19, 22, 24, 26, 28, 38, 39, 40, 43, 44, 51, 61, 76
educadoras 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62
educativa 12, 17, 21, 22, 25, 26, 27, 59
ensino 3, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 40, 44, 45, 46, 48, 57, 61
equipe 24, 28, 48
escola 12, 13, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 59, 61, 62
escola pública 16, 23, 29
escolar 12, 13, 14, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 30, 33, 38, 41, 45, 46, 47, 49, 57, 61, 65, 68, 71, 72, 73, 74, 75
escolares 13, 22, 37, 46
escolarizar 21
especial 18, 22, 24, 25, 28, 29, 33, 38, 39, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62
especializado 9, 10, 11, 13, 14, 18, 19, 22, 24, 40, 48, 61
estratégias 10, 14, 17, 18, 48
estudante 12, 15, 27, 28
exclusão 23, 24, 44, 45, 61
experiência 24, 33, 53, 76

F

famílias 14, 61
filosofia 25, 34, 43
formação 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 33, 46, 48, 57, 61, 62, 76
fracasso 33
fundamental 15, 23, 24, 30, 33, 39, 44, 47, 61

G

gestão 16, 18, 25

H

habilidades 11, 13, 14, 17, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 34, 37, 40

I

inclusiva 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 42, 48, 49
Inclusiva 7, 8, 25, 26, 29, 40, 44, 45, 46, 63, 65, 66, 67, 69, 73, 74
inclusivas 11, 12, 13, 14, 16, 47
inclusivo 10, 24, 44
infantil 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63
inserções 10

instituição 12, 23, 46, 58, 62
intelectual 13, 23, 33, 36, 38, 39, 62

L

limitações 15, 34, 39, 41, 47, 48, 59, 74

M

matemática 3, 13, 16
mental 23, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 58, 61
métodos 26, 43, 45, 46, 61
motora 23

N

nacional 8, 29, 64, 65, 72, 73, 74, 75, 76
necessidades 11, 13, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 39, 43, 44, 46, 48, 51, 52, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62

O

oportunidade 22, 46, 53

P

pedagógica 11, 14, 16, 17, 22, 27, 30, 36, 44, 63, 76
perspectiva 10, 11, 14, 15, 18, 22, 24, 25, 26, 27, 44, 45, 60, 63
peessoa 12, 24, 27, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 44, 54, 58, 61
políticas 16, 29, 43, 45, 47, 57
político 12
portadores 34, 37, 38, 40
prática 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 28, 30, 36, 39, 44, 48, 59, 62, 63
processo 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 34, 35, 39, 40, 44, 46, 48, 51, 52
professor 10, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 39, 48, 49, 76
professores 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 38, 44, 46, 47, 48
profissional 14, 15, 18, 19, 21, 25, 28, 30, 34, 40, 46, 48, 52, 56, 57, 58, 62, 76
projeto 12, 47
pública 16, 23, 29, 34, 55

R

regular 14, 16, 17, 18, 21, 23, 25, 26, 28, 30, 32, 33, 34, 45, 46, 47, 61

S

sensibilidade 15, 23

social 11, 13, 15, 17, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38,
39, 40, 45, 46, 48, 49, 53, 54, 56, 61

sucesso 18, 33, 36

T

trabalho 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 21, 24, 26, 27, 28, 30, 34, 37,
45, 46, 52, 55, 57, 62

V

vida 11, 13, 17, 25, 35, 36, 37, 38, 39, 45, 47, 52, 53, 59, 61, 62,
63

visual 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23

